



Ata nº 003 da Sessão Ordinária nº 003, de 21 de janeiro de 2014.

Às nove horas do dia vinte e um de janeiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 064/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 0970022006-00 – 200701634-00; Câmara Municipal de Pacajá; Prestação de Contas – 2006; Responsável José Moura dos Santos; Instrução: Ocyr Mello e Sérgio Dantas; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas, da Câmara Municipal de Pacajá, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Moura dos Santos, com o recolhimento de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela inobservância do art. 50, II, da LRF, após o recolhimento da multa deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-843.130,78 (oitocentos e quarenta e três mil, cento e trinta reais e setenta e oito centavos). **Processo nº 1400022006-00 – 200701549-00; Câmara Municipal de Placas; Prestação de Contas – 2006; Responsável Marinho Pereira do Nascimento; Instrução Sérgio Dantas; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas da Câmara Municipal de Placas, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Marinho Pereira do Nascimento, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-509.179,52 (quinhentos e nove mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 200022011-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2011; Responsável Odirvaldo Avelar; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Arari, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Odirvaldo Avelar, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor de R\$-43.650,00 (quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais), face as despesas realizadas de forma irregular, e R\$-1.260,00 (hum mil, duzentos e sessenta reais), face ao pagamento de diárias à prestadora de serviço, Maria Lina Lameira de Oliveira. **Processo nº 992132006-00; Instituto de Previdência do Município de**



**Rurópolis;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Cleusa Ribeiro Leal; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Instituto de Previdência do Município de Rurópolis, exercício de 2006, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-260.916,84 (duzentos e sessenta mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos). **Processo nº 882702009-00; Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Alfonso Luiz Batista; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Alfonso Luiz Batista, face as falhas nos processos licitatórios, devendo o Ordenador recolher ao FUMREAP/TCM (Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009), multa nos seguintes valores: - R\$-3.100,00 (três mil, cem reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.120-B, II e III, do RI/TCM/Pa. - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre as irregularidades nos processos licitatórios, com base no art. 57, da LC nº 084/2012. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. Dê-se ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal"*. **Em votação:** o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Alfonso Luiz Batista, face as falhas nos processos licitatórios, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP de multa nos seguintes valores: R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, II e III, do RI/TCM/Pa; R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre as irregularidades nos processos licitatórios, com base no art. 57, da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 282222010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Curralinho;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Miguel Pedro Pureza Santa Maria; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Fundo Municipal de Assistência Social de Curralinho, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Miguel Pedro Pureza Santa Maria, com o recolhimento aos Cofres Municipais da importância de R\$-211.951,86 (duzentos e onze mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ao FUMREAP, aplicar as seguintes multas: - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, I, do RI/TCM/Pa; pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), ausência nas prestações de contas quadrimestrais dos relatórios gerenciais de receita e despesa, bem como o CD com os processos licitatórios digitalizados, pelas divergências



na transferência de repasse entre o informado pela Prefeitura no e-contas e o apontado pelo FMAS, assim como na despesa orçamentária entre o e-contas e o balancete consolidado e no saldo em 31/12/2010; pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes e o descumprimento do art. 50, II da LRF (não apropriação das Obrigações Patronais para o INSS e o IPMC), com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 462192009-00; Fundo Municipal de Saúde de Mocajuba; Prestação de Contas – 2009; Responsável Maria Augusta Bittencourt Saboia; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Mocajuba, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria Augusta Bittencourt Saboia, face a realização de despesas por dispensa de licitação, devendo a Ordenadora recolher ao FUMREAP/TCM (Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009), multa nos seguintes valores: - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sobre a realização de despesas por dispensa de licitação configurando fracionamento de despesa, com base no art. 57, da LC nº 084/2012. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Dê-se ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal”. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Mocajuba, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria Augusta Bittencourt Saboia, face a realização de despesas por dispensa de licitação, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, e ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Por maioria**: recolher ao FUMREAP multa nos seguintes valores: - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), sobre a realização de despesas por dispensa de licitação configurando fracionamento de despesa, com base no art. 57, da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1040052009-00; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia; Prestação de Contas – 2009; Responsável Rosângela Belich de Ataíde; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Rosângela Belich de Ataíde, face o não repasse ao INSS da totalidade das contribuições de servidores e dos encargos patronais, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado ao recolhimento, ao FUMREAP/TCM (Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009), de multa de R\$-3.000,00(três mil reais), pelo encaminhamento fora do prazo de processo licitatório”. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Rosângela Belich de Ataíde, face o não repasse ao INSS da totalidade das contribuições de servidores e dos encargos patronais, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo encaminhamento fora do prazo de processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1062572009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Uruará; Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável Denise Rodrigues Brandão Pimenta; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**



132 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo  
133 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com  
134 ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
135 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a  
136 expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-1.094.036,71 (hum milhão, noventa e quatro mil, trinta e seis  
137 reais e setenta e um centavos). **Processo nº 190042009-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do**  
138 **Município de Bujaru**; Prestação de Contas – 2009; Responsável Dalmo Lopes da Silva (Período 01/01 a  
139 30/09) e Euclides de Araújo Lima ( Período 01/10 a 31/12 ); Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público  
140 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.564, de**  
141 **17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
142 manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
143 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
144 aprovação, com ressalvas, das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Bujaru,  
145 exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Dalmo Lopes da Silva (período 01/01/ a 30/09) e de  
146 Euclides de Araújo Lima (período 01/10/ a 31/12), com a expedição dos respectivos Alvarás de Quitação.  
147 **Processo nº 201007396-00; Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges**; Prestação  
148 de Contas do Convênio nº 010/2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação  
149 Papa João XXIII; Responsável Padre Vilmar Roecker; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público  
150 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o  
151 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A  
152 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
153 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Padre Vilmar  
154 Roecker, relativamente ao emprego da importância de R\$-34.000,00 (trinta e quatro mil reais), recebidos da  
155 Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XIII - FUNPAPA, nos termos do Convênio nº  
156 010/2010 (fls. 63/66), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº**  
157 **201014495-00; Editora Floresta Ltda**; Prestação de Contas do Contrato nº 054/2009, firmado com o  
158 Gabinete do Prefeito de Belém; Responsável Elizabeth Maria Mendonça de Vasconcelos; Instrução 4ª  
159 Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José  
160 Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
161 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi  
162 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
163 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Editora Floresta Ltda., referente  
164 ao Contrato nº 054/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação,  
165 no valor de R\$-150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **Processo nº 200913745-00; Quadrilha Junina**  
166 **Rainha da Juventude**; Prestação de Contas do Contrato nº 057/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito  
167 de Belém/PMB; Responsável Graciete Alves de Castro; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público  
168 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº**  
169 **32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
170 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
171 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
172 decidiu pela não aprovação das contas da Quadrilha Junina Rainha da Juventude, por meio do Contrato nº  
173 057/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB, em razão do que deve a responsável Graciete Alves de  
174 Castro, restituir aos Cofres do Município a quantia repassada de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), devidamente  
175 corrigida, no prazo de quinze (15) dias, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual





**Processo nº 200914794-00; Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém - SINDILOJAS;** Prestação de Contas do Contrato nº 045/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito de Belém/PMB; Responsável Manoel Jorge Vieira Colares; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.564, de 17.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém – SINDILOJAS, por meio do Contrato nº 045/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB, com recolhimento aos Cofres do Município da quantia de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), devidamente corrigida, no prazo de quinze (15) dias, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 201214954-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº 1011/12, de 14.08.12; Interessada Maria Angélica da Silva Palheta; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201205879-00; IPAMB/PMB;** Pensão - Portaria Nº 0362/12, 22.03.12; Interessado Ecilio André da Costa Rocha; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217322-00; IPAMB/PMB;** Pensão - Portaria Nº 1236/12, de 21.09.12; Interessado Rubens Fernando Benjó; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200811661-00; Prefeitura Municipal de Barcarena;** Nomeação Concurso Público nº 01/2005; Interessada Heliane Nunes Piza e Outros; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201111962-00; Prefeitura Municipal de Brasil Novo;** Subsídio – 2008 Lei nº 107/2008 - Subsídios para o Prefeito e Vice-Prefeito; Interessado Alexandre Lunelli; Ministério Público Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201312129-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Outros – Consulta; Responsável Paulo Pombo Tocantins; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. **Processo nº 201312129-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Outros-Consulta; Responsável Paulo Pombo Tocantins; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. **Processo nº 201312132-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Outros – Consulta; Responsável Paulo Pombo Tocantins; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário proposta de Resolução em resposta a consulta formulada pelo senhor Paulo Pombo Tocantins, Prefeito Municipal de Paragominas, que requereu a manifestação desta Corte de Contas quanto a



possibilidade de utilização de recursos do FUNDEB, referentes aos 60% (sessenta por cento) destinados aos profissionais do magistério para pagamento de profissionais concursados do magistério, conforme relação à fl. 03 dos autos, que desenvolvem as funções enumeradas à fl. 01 do processo, de caráter pedagógico, diretamente ligadas à docência nas Escolas Municipais. Eis a conclusão do feito: "(...) *os servidores municipais enumerados à fl. 03, são, em tese, concursados do município, para os cargos de Professor e Pedagogo, os quais contemplados pelo permissivo normativo do próprio Conselho Nacional de Educação, razão pela qual, dadas as atividades enumeradas, poderão ser pagos com os recursos do FUNDEB, com vistas à utilização do percentual de 60% (sessenta por cento), previsto no art. 22, da Lei n.º 11.494/2007. Tecidas tais considerações, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, pontuo-a, nos seguintes termos: São considerados profissionais no exercício do Magistério, nos termos da Resolução n.º 001/2008-CNE e Manual de Aplicação do FUNDEB, item 4.1.2., os professores e os profissionais que exercem as atividades de suporte e assessoramento pedagógico, em apoio à docência, destacadamente: direção ou administração escolar; planejamento; inspeção; supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica*".

A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução nos termos apresentados. **Processo nº 201312133-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Outros – Consulta; Responsável Paulo Pombo Tocantins; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.**

Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário proposta de Resolução em resposta a consulta formulada pelo senhor Paulo Pombo Tocantins, Prefeito Municipal de Paragominas, que requereu a manifestação desta Corte de Contas quanto à possibilidade de utilização de recursos do FUNDEB para pagamento de gratificação de suporte pedagógico aos servidores na função de Professor Nível-I, que atuam na zona rural do município, prevista na Lei Municipal n.º 342/2002, a qual, em alguns casos é cumulada com outras gratificações, por exercício de função de direção e vice-direção, previstas na mesma Lei, bem como abono de gestão, em conformidade com a Lei Municipal n.º 779/2011. Eis a conclusão do feito: "*as gratificações em comento, desde que regularmente instituídas, nos termos da legislação municipal vigente, e corretamente aplicadas, ou seja, sem a indevida cumulação observada, poderão ser pagas com os recursos do FUNDEB, com vistas à utilização do percentual de 60% (sessenta por cento), previsto no art. 22, da Lei n.º 11.494/2007. Tecidas tais considerações, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, pontuo-a, nos seguintes termos: 01 – É vedada a cumulação de gratificações, nos termos do parágrafo único, do art. 17, Lei Municipal nº. 342/2002. 02 – É permitido ao Município aplicar o percentual de 60% (sessenta por cento), dos recursos, para custeio de gratificações, regularmente instituídas aos profissionais da educação, nos termos do Manual de Aplicação dos Recursos do FUNDEB, itens 4.1.1. e 4.1.2.; 03 – São considerados profissionais no exercício do Magistério, nos termos da Resolução n.º 001/2008-CNE e Manual de Aplicação do FUNDEB, item 4.1.2., os professores e os profissionais que exercem as atividades de suporte e assessoramento pedagógico, em apoio à docência, destacadamente: direção ou administração escolar; planejamento; inspeção; supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Encerro a presente resposta ao Consulente, reiterando a recomendação já declinada, no sentido de que adote, imediatamente, as medidas saneadoras, com vistas a suspender o pagamento cumulado de gratificações, por expressa vedação da norma legal municipal*".

A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução nos termos apresentados. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro Antônio José pediu a palavra e assim manifestou-se: "*como é do conhecimento de todos, hoje foi publicado o novo Regimento Interno. Em função disso, é necessário que sejam tomadas algumas medidas para regulamentar, disciplinar e recepcionar alguns Atos normativos já existentes. Para tanto, deve ser nomeada uma Comissão para efetuar os referidos trabalhos. Indico que sejam mantidos os integrantes da Comissão que ajudou na elaboração do novo Regimento Interno, composta pelos servidores: Adriana Medeiros, Ângela Farias, Viviane Passarinho e Rafael Oliveira*". O Conselheiro José Carlos Araújo solicitou fossem indicados mais dois integrantes: um representando a Secretaria do Tribunal, servidor Robson do Carmo, e outro da Presidência da Casa, o que foi acatado pelos Conselheiros presentes.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**



265 **PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta e quatro minutos da qual foi lavrada a  
266 presente Ata.

267 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e um de janeiro de dois mil  
268 e quatorze.

Visto:

**Hilda Maria Zahluth Centeno**

Secretária Geral, em exercício

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão